



**CVI PPR**

**Fundo de Pensões Aberto**

**Poupança Reforma**

**Relatório e Contas**

**31 de dezembro de 2022**



## **Relatório de Gestão**

<b>Denominação</b>	CVI PPR
<b>Tipo de fundo</b>	Fundo de Pensões Aberto Poupança Reforma
<b>Início de atividade</b>	23 de novembro de 1993
<b>Sociedade gestora</b>	BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
<b>Banco depositário</b>	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. – Sucursal em Portugal
<b>Audidores</b>	Deloitte & Associados, SROC S.A.

## Enquadramento macroeconómico

O ano de 2022 acabou por ser um ano bastante mais complexo do que aquilo que inicialmente se antecipava, uma vez que, a guerra e a subida da inflação, acabaram por provocar uma forte deterioração das expectativas dos agentes económicos, agravadas também por uma rápida remoção de estímulos financeiros e de pronunciadas subidas de taxas de juro em termos globais.

Segundo o FMI o PIB global terá crescido 3,1%, mas com as economias desenvolvidas a registar uma desaceleração forte durante este ano, passando de 2,7% em 2022, para 1,2% em 2023.

Estas dinâmicas acabaram por ter um efeito extremamente negativo nos mercados financeiros globais, tanto em obrigações como em ações, onde em média ambos os mercados sofreram correções na ordem dos 16%. Esta situação acabou por ser singular, dada a incapacidade destas duas classes de ativos se terem conseguido descorrelacionar entre si. No entanto, apesar das grandes correções de mercado, as nossas soluções de investimento acabaram por apresentar desvalorizações muito menores, dado o posicionamento prudente da gestão ao longo do ano.

É de referir, que a partir de setembro, começámos a notar um abrandamento das dinâmicas da inflação, com a normalização das cadeias de abastecimento e a forte queda dos preços do gás natural. Por outro lado, as dinâmicas de abrandamento económico começaram a ser melhor enquadradas com o fim da política de Covid zero na China no final do ano.

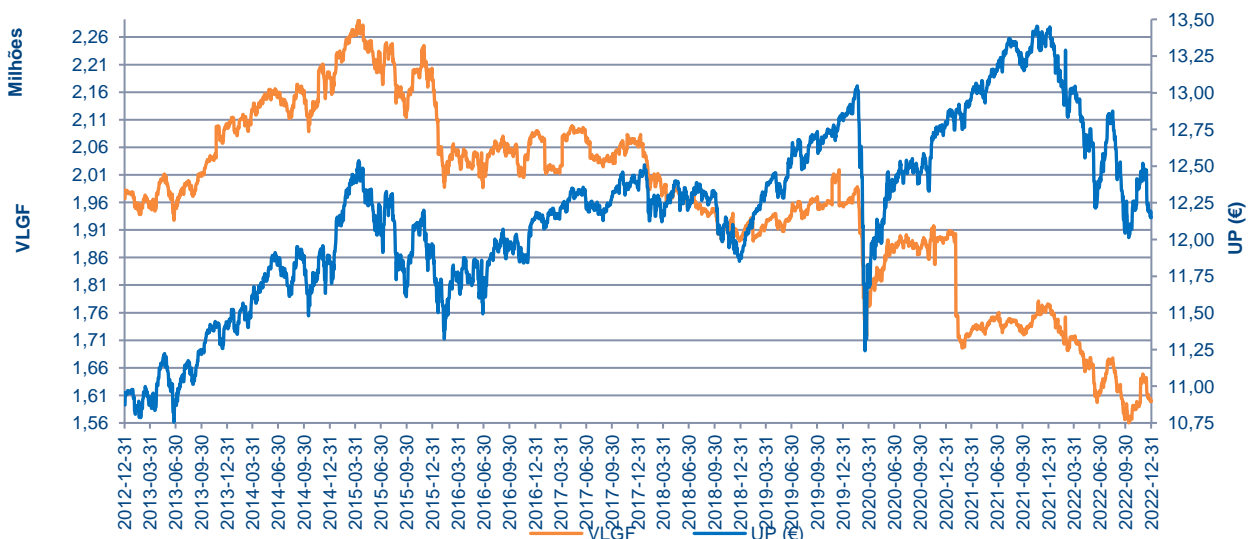
Desde então, temos começado a ser mais construtivos no comportamento das diferentes classes de ativos, o que nos levou no final de ano a começar a incrementar a exposição em ambas as classes.

Estamos em crer que em 2023 o tema da desinflação vai ser mais importante que o tema da desaceleração económica. Neste sentido, antecipamos que em face do excesso de pessimismo, o ano de 2023 pode ter algumas surpresas positivas, em termos de crescimento económico, tanto na Europa como na China, com o próprio FMI a rever recentemente as expectativas de crescimento para estes dois blocos.

Reiteramos, a nossa visão construtiva que apesar da pandemia e da guerra, as tendências de investimento relacionadas com a sustentabilidade e a mobilidade vão acelerar, sendo que, a transição energética passou a ser uma prioridade nos países desenvolvidos. Do mesmo modo, o nosso posicionamento nas diferentes classes de ativos estará cada vez mais focado nos investimentos nas novas tendências seculares, onde a inovação e a tecnologia vão potenciar a alteração dos modelos de negócios vigentes, potenciando maiores ganhos de eficiência.

## Evolução do fundo

### Valor da unidade de participação e património

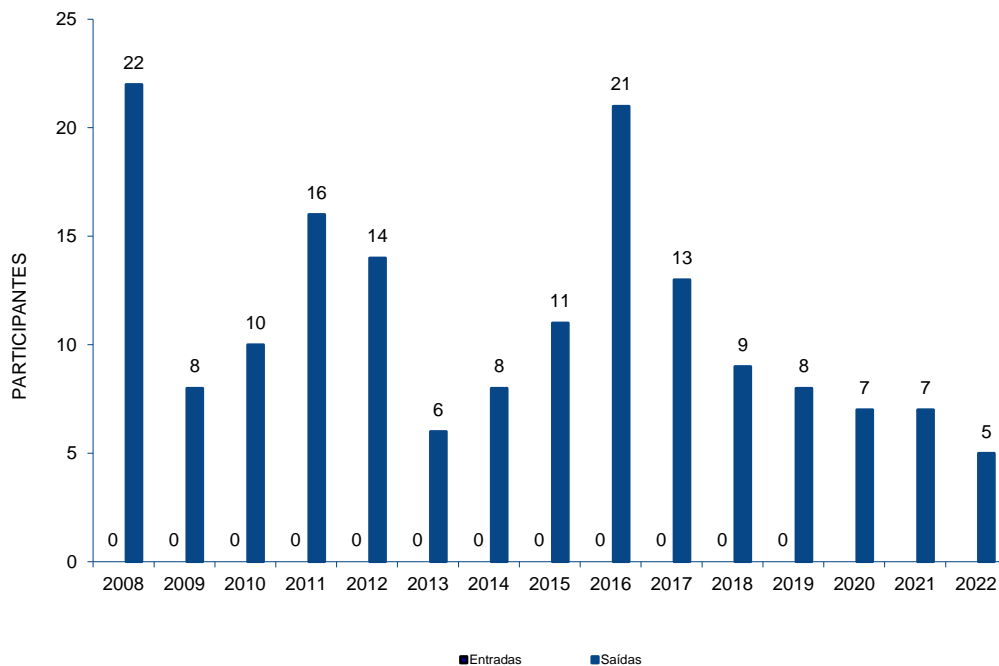


## Rentabilidade e risco históricos

	Rentabilidade	Risco
Último ano	-9,50%	4
Últimos 3 anos	-1,75%	4
Últimos 5 anos	-0,34%	4

- As rentabilidades apresentadas são anualizadas, representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).
- As rentabilidades divulgadas têm como referência o período compreendido entre os dias 31 de dezembro de cada ano, ou data de início de atividade do Fundo quando aplicável.
- Medidas de rentabilidade não líquidas de comissão de subscrição e resgate.

## Evolução das adesões individuais



## Observações

O Fundo de pensões tem como objetivo financiar um plano de pensões de contribuição definida, associado a um sub grupo de participantes com vínculo laboral ao BBVA, S.A. – Sucursal em Portugal. O seu financiamento é efetuado de forma partilhada entre o BBVA, S.A. – Sucursal em Portugal e o referido conjunto de participantes, de acordo com plano de pensões em vigor. Os Participantes suportam os riscos financeiros que lhe estão inerentes. A população de participantes está delimitada em função das circunstâncias em que o plano de pensões foi estabelecido. Sendo um fundo do regime PPR não são admitidas adesões coletivas.

## Transparência da promoção das características ambientais ou sociais

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

## Política de investimento do Fundo – objetivos e princípios

O Fundo tem como objetivo o crescimento do capital através de uma abordagem ativa dos investimentos no longo prazo, focada na diversificação e no controlo de risco, nos mercados obrigacionistas e acionistas globais com elevada liquidez. O Fundo investirá maioritariamente o seu património no mercado obrigacionista de dívida pública e/ou privada, designadamente obrigações de taxa fixa e de taxa indexada, emitida por entidades de Estados membros da União europeia e/ou de países da OCDE ou emergente. Inclui-se na categoria de dívida privada sem pretensão de descrição exaustiva: obrigações de empresas nas categorias sénior, subordinada, tier 1, credit link notes, asset backed securities e unidades de participação de OIC que invistam maioritariamente em obrigações e em obrigações hipotecárias. Os ativos integrantes da carteira no mercado obrigacionista investem em emissões de ativos com qualidade creditícia elevada (mínimo A-) e/ou com



qualidade creditícia média (mínimo BBB-). A percentagem máxima de ativos de qualidade creditícia menor (inferior a BBB-) está limitada a 25% da exposição total da carteira. O investimento em ativos do mercado acionista estará situado num intervalo entre 0% e 30% da exposição total da carteira, nomeadamente ações, obrigações convertíveis que confirmam o direito à subscrição de ações ou noutros ativos que permitam direta ou indiretamente a exposição ao mercado acionista, incluindo warrants ou unidades de participação de OIC cuja política de investimento seja maioritariamente constituída por ações.

O Fundo poderá ainda ter uma exposição até 20% em instrumentos de dívida de curto prazo, instrumentos do mercado monetário que sejam líquidos, bem como em Unidades de Participação (UP) de OIC Monetários ou equivalentes e em depósitos bancários.

O Fundo pode ainda investir até 10% do seu património em ativos terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, UP de fundos de investimento imobiliário e fundos alternativos.

O Fundo não terá uma exposição superior a 30% em ativos emitidos em divisas não denominadas em euros, podendo esta ser excedida mediante adequada metodologia de cobertura de risco cambial.

A carteira terá uma maturidade média ponderada não superior a 5 anos. Os instrumentos financeiros derivados podem ser utilizados para fins de cobertura de risco, de investimento ou de gestão eficaz da carteira.

Os rendimentos dos ativos que compõem o Fundo serão reinvestidos.

O Fundo permite escolhas discricionárias em relação a investimentos de acordo com a política de investimento e não recorre a padrões de referência.

#### Limites de exposição

Limite	Valor (Eur)	Valor (%)	Lim. Inf.	Lim. Sup.	Limite Exced.
Ações	381.902	23,84%	0,00%	30,00%	N
Ativos em moeda distinta Euro	192.726	12,03%	0,00%	30,00%	N
Dív.Pública e privada UE e OCDE	1.053.869	65,79%	0,00%	100,00%	N
Ativos Líquidos	240.928	15,04%	0,00%	20,00%	N
Relação de domínio ou de grupo	112.248	7,01%	0,00%	10,00%	N

#### Observações

Em 31 de dezembro de 2022, não se verificam divergências face à política de investimentos e face aos princípios e regras prudenciais aplicáveis aos investimentos do Fundo.

O Conselho de Administração



## **Demonstrações Financeiras**

**FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA**  
**CVI PPR**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022**

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2022	2021
	<b>ATIVO</b>		
	<b>Investimentos</b>		
	Terrenos e edifícios	-	-
3	Instrumentos de capital e unidades de participação	948.854	1.162.991
3	Títulos de dívida Pública	541.109	456.910
	Outros títulos de dívida	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-
4	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	100.312	156.446
	Outras aplicações	-	-
	<b>Outros ativos</b>		
	Devedores		
	Entidade gestora	-	-
5	Estado e outros entes públicos	2.706	2.706
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
5	Outras entidades	20.989	-
6	Acréscimos e diferimentos	983	464
	<b>TOTAL ATIVOS</b>	<b>1.614.953</b>	<b>1.779.517</b>
	<b>PASSIVO</b>		
	<b>Credores</b>		
5	Entidade gestora	(1.363)	(1.486)
	Estado e outros entes públicos	-	-
5	Depositários	(72)	(79)
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
5	Outras entidades	(7.814)	-
6	Acréscimos e diferimentos	(3.905)	(3.879)
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>(13.154)</b>	<b>(5.444)</b>
	<b>VALOR DO FUNDO</b>	<b>1.601.799</b>	<b>1.774.073</b>
	<b>VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>12,1485</b>	<b>13,4234</b>

**FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA**  
**CVI PPR**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022**

<b>Notas</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
7	Contribuições	43.268	34.341
7	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(46.807)	(242.537)
8	Ganhos líquidos dos investimentos	(155.109)	101.759
9	Rendimentos líquidos dos investimentos	7.278	6.198
10	Outros rendimentos e ganhos	380	148
11	Outras despesas	(21.284)	(22.330)
	<b>Resultado líquido</b>	<b>(172.274)</b>	<b>(122.421)</b>



**FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA**  
**CVI PPR**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022**

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Contribuições	<b>43.268</b>	<b>34.341</b>
Contribuições dos associados	24.406	18.237
Contribuições dos participantes / beneficiários	18.862	16.104
Transferências	-	-
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	<b>(46.374)</b>	<b>(227.492)</b>
Pensões pagas	-	-
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	-	-
Capitais vencidos (Remições / vencimentos)	(46.374)	(227.189)
Transferências	-	(303)
Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	-	-
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	-	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	-	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo	-	-
Reembolsos fora das situações legalmente previstas	(433)	(15.045)
Devolução por excesso de financiamento	-	-
Remunerações	<b>(16.728)</b>	<b>(17.682)</b>
Remunerações de gestão	(15.892)	(16.798)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(836)	(884)
Outros rendimentos e ganhos	379	132
Outras despesas	(4.637)	(4.741)
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>(24.525)</b>	<b>(230.487)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Recebimentos	<b>1.135.811</b>	<b>1.589.223</b>
Alienação / reembolso dos investimentos	1.128.437	1.581.087
Rendimentos dos investimentos	7.374	8.136
Pagamentos	<b>(1.167.420)</b>	<b>(1.311.194)</b>
Aquisição de investimentos	(1.167.420)	(1.311.194)
Comissões de transacção e mediação	-	-
Outros gastos com investimentos	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>(31.609)</b>	<b>278.029</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(56.134)</b>	<b>47.542</b>
<b>Efeitos de alterações da taxa de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa no início do período de reporte</b>	<b>156.446</b>	<b>108.904</b>
<b>Caixa no fim do período de reporte</b>	<b>100.312</b>	<b>156.446</b>

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões Poupança Reforma CVI PPR (adiante igualmente designado por “Fundo”) foi constituído em 24 de agosto de 1993. Em 15 de março de 2019 entraram em vigor um conjunto de alterações no regulamento de gestão do Fundo depois de aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) em 21 de dezembro de 2018, de acordo com a legislação em vigor.

O Fundo manteve-se um fundo de pensões aberto poupança reforma com uma filosofia de investimento global, passando a investir mais de 50% do seu património através de OICVM, apesar de na anterior política já estar previsto, mas sem limite mínimo definido. Para além das menções resultantes da entrada em vigor da Portaria 176/2018 de 20 de junho e da Lei nº 35/2018, de 20 de julho de 2018, promovemos ainda no regulamento de gestão a revisão periódica da política de investimento, passando o nível de investimento no mercado acionista a situar-se num intervalo entre 0% e 30% em vez de um intervalo entre 5% e 35% da exposição total. Os ativos integrantes da carteira no mercado obrigacionista passaram a investir em emissões de ativos com qualidade creditícia elevada (mínimo A-) e/ou com qualidade creditícia média (mínimo BBB-) e a percentagem máxima de ativos de qualidade creditícia menor (inferior a BBB-) passou a estar limitada a 25% da exposição total da carteira, enquanto na redação anterior, o limite de notação de crédito era o rating da República de Portugal. O Fundo passou a poder investir em emissões de entidades de países emergentes. A cada momento a alocação de ativos será em função das expectativas da equipa de gestão.

Estas alterações pretenderam dotar o Fundo de uma maior flexibilidade através do investimento em diferentes classes de ativos com o objetivo de gerar rendas recorrentes (dividendos ou cupões) e simultaneamente originar uma maior capacidade de retornos reais neste contexto de taxas de juro nominais muito baixas, com base nos objetivos de investimento de cada cliente, permitindo uma maior diversificação e um ajuste mais eficiente ao perfil de risco de cada cliente.

O Fundo passou também a beneficiar da totalidade da retrocessão das comissões relativas a ações e participações de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) geridos por entidades terceiras.

Este Fundo é comercializado pela BBVA Mediación, Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.A. (doravante “BBVA Mediación”), com sede na Calle Azul, número 4, 28050 Madrid, Espanha e representação em Portugal na Av. da Liberdade, 222 em Lisboa e pela própria Entidade Gestora.

A BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos ou Sociedade Gestora) é a entidade que assegura a gestão financeira, técnico-atuarial e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. - Sucursal em Portugal (BBVA Portugal).

O Fundo tem por objeto incentivar a poupança de médio-longo prazo, como complemento de reforma e proporcionar aos seus Participantes o estabelecimento de Planos Poupança Reforma individuais que lhes permitam, através da capitalização dos investimentos realizados numa carteira de ativos selecionada de acordo com a política de investimento definida no seu regulamento de gestão, fazer face às necessidades resultantes das situações legalmente enquadráveis para esse efeito.

O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados quer para fins de cobertura de risco quer de uma adequada gestão do seu património. Não se exclui igualmente a possibilidade de recorrer à utilização de produtos financeiros com derivados incorporados ou de produtos estruturados. O Fundo poderá recorrer a operações de empréstimos de valores por parte do Fundo ou reporte de valores mobiliários.

Atualmente a Sociedade Gestora não considera oportuna a utilização de produtos financeiros com derivados incorporados ou produtos estruturados, bem como a realização de operações de empréstimos de valores por parte do Fundo ou reporte de valores mobiliários. Caso se venha a alterar esta posição, os requisitos, limites e restrições aplicáveis a este tipo de operações, serão os definidos nas normas regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões aplicáveis a cada momento, salvo se outros critérios mais restritivos não estiverem em vigor internamente na Sociedade Gestora.

### 1.1. Risco

A BBVA Fundos, no âmbito da sua função de gestão, tem devidamente implementadas medidas de controlo e de avaliação de risco:

- Possui procedimentos transversais de controlo de preços e sistemas de valorização de ativos e de carteiras;
- Monitoriza diariamente os desvios face aos limites estratégicos definidos, bem como aos rácios legais de investimento e diversificação;
- Avalia numa base regular o risco de crédito dos fundos, segmentando as carteiras por sector, emissor, rating e duração;
- Calcula, quando aplicável, a perda esperada das carteiras referentes ao risco de mercado;
- Gere os fundos de benefício definido numa base de controlo de duração, assegurando consistência com critérios corporativos de gestão de risco deste tipo de fundos;
- Efetua testes aos parâmetros biométricos dos fundos de benefício definido de forma a estimar os riscos de longevidade que lhes estão subjacentes;
- Avalia, mede e monitoriza o risco operacional da sua atividade, de acordo com modelo do Grupo BBVA;
- Possui as suas atividades devidamente documentadas, mapeando os riscos e controles que lhe estão associados, assegurando igualmente coerência com o modelo de controlo interno estabelecido para o Grupo BBVA.

A BBVA Fundos tem os seus procedimentos de gestão de riscos e controlo interno alinhados com os requisitos da Norma 8/2009-R de 4 de Junho da ASF que vem regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, para a integral implementação desta norma, nas áreas em que a BBVA Fundos se suporta nas funções chave desenvolvidas centralmente ou corporativas do BBVA, foram desenvolvidas as devidas articulações no sentido de definir e estabelecer metodologias e métricas de risco quer da Sociedade Gestora quer dos fundos de pensões.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma Regulamentar nº 7/2010-R, de 4 de junho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora procedeu à avaliação da capacidade do Fundo para operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora concluiu que o Fundo dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### a) Especialização de exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As subscrições de unidades de participação pelos Participantes são reconhecidas como proveitos quando recebidas.

b) Carteira de títulos

Nos termos da Norma Regulamentar nº 9/2007-R, de 28 de junho, os títulos em carteira são avaliados ao seu justo valor, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base no preço de fecho desses mercados do dia a que se reporta a valorização da carteira do Fundo. Para os ativos admitidos à cotação em mais do que uma bolsa ou mercado regulamentado, é utilizado o preço de fecho do dia a que se reporta a valorização, do mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações. Os valores mobiliários que embora admitidos à negociação, não tenham sido transacionados durante os últimos trinta dias, são equiparados a valores não cotados para efeitos de valorização.
- ii) Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas pela Sociedade Gestora como representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base nas cotações fornecidas nos sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg e a Reuters. Relativamente ao sistema Bloomberg são utilizados os preços que no entendimento da Sociedade Gestora refletem de forma mais adequada o presumível valor de realização de cada ativo, podendo ser utilizado o valor “Generic Bloomberg” ou preços divulgados por outros contribuidores. A Sociedade Gestora adota critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, com a Sociedade Gestora. Alternativamente poderão ser utilizados modelos teóricos de avaliação de obrigações.

As mais e menos - valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações refletidas na demonstração dos resultados, correspondem à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data da sua aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos - valias potenciais geradas após a sua aquisição.

As mais e menos - valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano, ou face ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

c) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de gestão do património do Fundo, sendo calculada, diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,95% ao valor do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. A comissão é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Outras despesas” (Nota 11).

d) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração do BBVA Portugal pelo exercício das funções de banco depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa anual de 0,05% ao valor do Fundo, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. A comissão é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Outras despesas” (Nota 11).

e) Comissão de mediação

Nesta rubrica são registadas as despesas incorridas com as transações de títulos, nomeadamente taxas de bolsa e comissões de corretagem. A comissão é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Outras despesas” (Nota 11).

f) Outras comissões

Não são cobradas quaisquer comissões de subscrição ou reembolso aos participantes sobre as contribuições efetuadas para o Fundo e sobre os reembolsos recebidos do Fundo. Nos termos da lei em vigor, não são aplicadas quaisquer comissões de transferência neste fundo.

g) Contribuições

As subscrições serão efetuadas com base no valor unitário da unidade de participação que estiver em vigor no dia útil seguinte à data de subscrição. As subscrições podem ser solicitadas por montante ou por número de unidades de participação, sendo efetuadas a cotação desconhecida. O valor mínimo a subscrever é de 25 Euros. Os planos de subscrição periódica poderão ser efetuados a partir de 25 Euros com periodicidade mensal, trimestral, semestral ou anual, existindo a possibilidade de indexação anual do valor definido, mediante opção do Participante.

h) Reembolsos

Os Beneficiários poderão optar por qualquer das modalidades de pagamento de benefícios legalmente autorizadas (renda, capital ou qualquer combinação das anteriores) a partir da data de reforma por velhice, aos 60 anos de idade ou por morte do participante, incapacidade permanente para o trabalho, desemprego de longa duração, doença grave e morte do participante. O reembolso pode ainda ser exigido de acordo com a legislação em vigor: para pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente, sendo considerados os contratos de crédito à aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria e permanente, os contratos de crédito à aquisição de terreno para construção de habitação própria e permanente e os demais contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante. O reembolso destina-se ao pagamento de prestações vencidas, incluindo capital, juros remuneratórios e moratórios, comissões e outras despesas conexas com o crédito à habitação, bem como ao pagamento de cada prestação vincenda à medida e na data em que esta se venha a vencer.

O reembolso total ou parcial das Unidades de Participação poderá contudo ser feito, em qualquer momento e fora de qualquer uma das situações atrás descritas, com as consequências fiscais previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nestes casos, não são cobradas comissões de reembolso aos participantes sobre o valor do reembolso pago pelo fundo.

O valor das Unidades de Participação pode, a pedido expresso do Participante, ser transferido total ou parcialmente para outro plano poupança reforma.

i) Conversão de saldos em divisas

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (“fixing”), divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. As mais e menos-valias resultantes da reavaliação cambial são registadas como proveitos e custos do período, respetivamente.

j) Impostos

De acordo com o disposto no Artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos dos fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

k) Operações com contratos de Futuros e Opções

As posições abertas em contratos de futuros e opções, transacionados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais e valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de “Ganhos ou Perdas resultantes de operações com derivados”.

A margem inicial é registada na rubrica “Devedores”, sendo os ajustamentos de cotações registados diariamente na rubrica “Depósitos à ordem”.

FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA  
CVI PPR  
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos do Fundo tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)					
2022					
Descrição dos Títulos	Valor inicial	Mais / (menos) valias	Valor final	Juros corridos	Total
<b>OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA</b>					
<b>Obrigações da administração central</b>					
DBR 0.1% 15042023	11.119	16	11.135	8	11.143
BTPS 2% 01122025	2.136	(222)	1.914	3	1.917
NETHER 0.5% 15072026	33.671	(3.104)	30.567	76	30.643
SPGB 1.3% 31102026	25.069	(2.561)	22.508	52	22.560
BTPS 1.6% 01062026	13.431	(1.296)	12.135	17	12.152
DBR 0 08/15/31	3.897	(666)	3.231	-	3.231
FRTR 0 25/11/2020	16.083	(3.027)	13.056	-	13.056
SPGBEI 0.15 30112023	17.765	128	17.893	2	17.895
FRTR 0.75 25022028	22.185	(597)	21.588	152	21.740
SPGB 0 31012027	41.412	(863)	40.549	-	40.549
BGB 0 22102027	5.978	(749)	5.229	-	5.229
BTPS 0.85 15012027	8.967	(929)	8.038	35	8.073
IRISH 0.2% 18102030	4.824	(824)	4.000	2	4.002
BTPS 0.6% 01082031	10.822	(1.352)	9.470	32	9.502
FRTR 0 25022027	61.152	(5.921)	55.231	-	55.231
SPGB 0 31/01/2028	3.857	(442)	3.415	-	3.415
SPGB 0.7 30/04/2032	19.961	(1.374)	18.587	113	18.700
OBL 0 14/04/2027	16.679	(1.408)	15.271	-	15.271
FRTR 0 25/05/2032	28.803	(3.974)	24.829	-	24.829
FRTR 0 25022025	5.984	(342)	5.642	-	5.642
BTPS 0 01082026	17.915	(1.254)	16.661	-	16.661
FRTR 0 25/11/2030	12.455	(1.337)	11.118	-	11.118
DBR 0 15022032	15.173	(1.605)	13.568	-	13.568
RAGB 0 0.5 24042027	12.447	(688)	11.759	45	11.804
OBL 1.3 15102027	12.009	(669)	11.340	79	11.419
BTPS 1.2 08/15/25	32.277	(1.210)	31.067	149	31.216
	<b>456.071</b>	<b>(36.270)</b>	<b>419.801</b>	<b>765</b>	<b>420.566</b>
<b>Obrigações supranacionais</b>					
EU 0.8 04/04/2025	36.893	(841)	36.052	189	36.241
EU 0 20281004	6.954	(910)	6.044	-	6.044
ESM 1% 23092025	10.289	(144)	10.145	29	10.174
	<b>54.136</b>	<b>(1.895)</b>	<b>52.241</b>	<b>218</b>	<b>52.459</b>
<b>Obrigações de adm. regionais municipais e outras</b>					
KFW CUP 0 02/18/25	21.903	(1.213)	20.690	-	20.690
KFW 0 09112028	13.589	(1.865)	11.724	-	11.724
	<b>35.492</b>	<b>(3.078)</b>	<b>32.414</b>	<b>-</b>	<b>32.414</b>
<b>Obrigações do Tesouro</b>					
BUBILL 0 13042023	28.943	(103)	28.840	-	28.840
BGTB 0 09112023	7.814	(1)	7.813	-	7.813
	<b>36.757</b>	<b>(104)</b>	<b>36.653</b>	<b>-</b>	<b>36.653</b>
	<b>582.456</b>	<b>(41.347)</b>	<b>541.109</b>	<b>983</b>	<b>542.092</b>
<b>A transportar</b>	<b>582.456</b>	<b>(41.347)</b>	<b>541.109</b>	<b>983</b>	<b>542.092</b>

FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA  
CVI PPR  
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

2022					
Descrição dos Títulos	Valor inicial	Mais / (menos) valias	Valor final	Juros corridos	Total
<b>Transporte</b>	<b>582.456</b>	<b>(41.347)</b>	<b>541.109</b>	<b>983</b>	<b>542.092</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>					
<b>Fundos de ações</b>					
ISHARES MSCI EUROPE	90.506	(7.660)	82.846	-	82.846
DBX MSCI EUROPE	88.873	(5.462)	83.411	-	83.411
LYXOR UCITS ETF S&P	31.439	(5.586)	25.853	-	25.853
VANGUARD S&P 500 UCI	15.648	(2.724)	12.924	-	12.924
ISHARES CORE S&P 500	15.654	(2.677)	12.977	-	12.977
DBX S&P 500 ACC	31.094	(5.057)	26.037	-	26.037
AMUNDI S&P500 UCITS	31.168	(5.105)	26.063	-	26.063
INVESCO S&P 500 ACC	31.175	(5.047)	26.128	-	26.128
AMUNDI MSCI EUROPE	83.403	2.260	85.663	-	85.663
	<b>418.960</b>	<b>(37.058)</b>	<b>381.902</b>	<b>-</b>	<b>381.902</b>
<b>Fundos de dívida</b>					
ISCHARES BARC EU CP	31.898	(303)	31.595	-	31.595
ISHARES EURO GB 3-5Y	63.881	(6.516)	57.365	-	57.365
BBVA CREDITO EUROPA	21.000	(114)	20.886	-	20.886
GAM LOCAL EMERG BD-E	2.283	(47)	2.236	-	2.236
JPMORGAN F-EM MAR LO	1.442	(34)	1.408	-	1.408
LYXOR EUROMTS 3-5Y D	63.725	(6.347)	57.378	-	57.378
SCHRODER IE CORP BON	9.648	(38)	9.610	-	9.610
AXA WORLD EUR CR SHD	11.438	(130)	11.308	-	11.308
PICTET-EMERG LCL CCY	1.396	(31)	1.365	-	1.365
GS EMRG MKT CORP BD	9.381	(1.349)	8.032	-	8.032
X EUR CORPORATE BOND	114.553	(5.960)	108.593	-	108.593
VONTOBEL EUR CRP MDY	4.902	(126)	4.776	-	4.776
BLACKROCK GIF I EMMK	8.159	(45)	8.114	-	8.114
JPM EMERG MKTS CORP	1.701	(249)	1.452	-	1.452
MUZIN EMERG MKTS SHO	2.115	(202)	1.913	-	1.913
PICTE-S/T EM CRP BD	2.068	(143)	1.925	-	1.925
AMUNDI PRI EURO COPR	112.956	(6.218)	106.738	-	106.738
DPAM L-BONDS EMK SH	1.485	(16)	1.469	-	1.469
AXA WORLD EMMK SH DU	2.013	(291)	1.722	-	1.722
GL EVO FDS FRT MRK-I	1.780	(206)	1.574	-	1.574
INVESCO EUR CORP BON	9.666	(93)	9.573	-	9.573
VAND USDCP1-3 USD	62.598	147	62.745	-	62.745
	<b>540.088</b>	<b>(28.311)</b>	<b>511.777</b>	<b>-</b>	<b>511.777</b>
<b>Fundos de mercado monetário</b>					
BNP INSTICASH-EUR-1D	55.218	(43)	55.175	-	55.175
	<b>55.218</b>	<b>(43)</b>	<b>55.175</b>	<b>-</b>	<b>55.175</b>
	<b>1.014.266</b>	<b>(65.412)</b>	<b>948.854</b>	<b>-</b>	<b>948.854</b>
	<b>1.596.722</b>	<b>(106.759)</b>	<b>1.489.963</b>	<b>983</b>	<b>1.490.946</b>

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Obrigações de dívida pública	541.109	456.910
Fundos de investimento	948.854	1.162.991
	<b>1.489.963</b>	<b>1.619.901</b>

O valor inicial dos títulos corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido comprados ao longo do ano de 2022, ou ao seu valor de balanço em 31 de dezembro de 2021, no que se refere aos títulos adquiridos em exercícios anteriores.



Adicionalmente a 31 de Dezembro de 2022, o fundo tem a seguinte exposição de futuros:

Contratos de Futuros						
Tipo de Contrato	Data Vencimento	Quantidade	Compra / Venda	Valor de Mercado	Valor Nocial	Exposição
FUT Mini EUR/USD CME	mar/23	1	Compra	1	62.500	63.016

#### 4. NUMERÁRIO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E APLICAÇÕES MMI

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos à ordem no BBVA Portugal	100.312	156.446
	<b><u>100.312</u></b>	<b><u>156.446</u></b>

No decorrer do exercício de 2022, os depósitos à ordem não foram remunerados.

#### 5. DEVEDORES E CREDORES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Devedores</b>		
Estado e outros entes públicos	2.706	2.706
Outras entidades	20.989	-
	<b><u>23.695</u></b>	<b><u>2.706</u></b>
<b>Credores</b>		
Sociedade gestora (comissão de gestão)	1.363	1.486
BBVA Portugal (comissão de depósito)	72	79
Outras entidades	7.814	-
	<b><u>9.249</u></b>	<b><u>1.565</u></b>

A rubrica “Estado e outros entes públicos” diz respeito a retenções de rendimentos realizadas ao Fundo de Pensões indevidamente.

Na rubrica “Outras entidades” estão registadas contas margem mantidas pelo Fundo junto das entidades envolvidas em operações com produtos derivados.

## 6. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Ativo		
Juros a receber		
Obrigações de dívida pública (Nota 3)	983	464
	<b>983</b>	<b>464</b>
Passivo		
Encargos com auditoria	3.905	3.879
	<b>3.905</b>	<b>3.879</b>

## 7. VALOR DO FUNDO

O movimento no valor do Fundo durante os exercícios de 2022 e 2021 pode ser detalhado da seguinte forma:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	<b>1.774.073</b>	<b>1.896.494</b>
Contribuições	43.268	34.341
Pensões e capitais vencidos	(46.374)	(227.492)
Reembolsos	(433)	(15.045)
Rendimentos de títulos e outros activos (Nota 9)	7.278	6.198
Mais-valias realizadas, líquidas de menos-valias (Nota 8)	(48.350)	22.092
Mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias (Nota 8)	(106.759)	79.667
Outros rendimentos e ganhos (10)	380	148
Comissão de gestão e depósito (Nota 11)	(16.604)	(17.575)
Comissão de mediação (Nota 11)	(21)	(31)
Imposto (Nota 11)	(664)	(704)
Outras despesas (Nota 11)	(3.995)	(4.020)
Saldo final	<b>1.601.799</b>	<b>1.774.073</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o número de participantes e beneficiários do Fundo era o seguinte:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Participantes	149	154
Beneficiários	15	12
	<b>164</b>	<b>166</b>

FUNDO DE PENSÕES POUPANÇA REFORMA  
CVI PPR  
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31.12.2022

O movimento ocorrido no número de unidades de participação do Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	132.163	148.356
Subscrições	3.478	2.565
Resgates	(3.789)	(18.735)
Transferências para outros fundos e seguros	-	(23)
Saldo final	<u>131.852</u>	<u>132.163</u>

## 8. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

2022							
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Sub-total	Ganhos potenciais	Perdas potenciais	Sub-total	Resultados líquidos
Títulos de dívida							
Obrigações de dívida pública	52	(16.368)	(16.316)	144	(41.491)	(41.347)	(57.663)
	52	(16.368)	(16.316)	144	(41.491)	(41.347)	(57.663)
Fundos de investimento							
Fundos de ações	855	(22.456)	(21.601)	2.260	(39.318)	(37.058)	(58.659)
Fundos de dívida	74	(19.841)	(19.767)	147	(28.458)	(28.311)	(48.078)
Fundos mercado monetário	-	(575)	(575)	-	(43)	(43)	(618)
	929	(42.872)	(41.943)	2.407	(67.819)	(65.412)	(107.355)
Instrumentos financeiros derivados							
Futuros	9.301	(8.256)	1.045	-	-	-	1.045
Opções	1.725	(1.978)	(253)	-	-	-	(253)
	11.026	(10.234)	792	-	-	-	792
Operações cambiais							
Operações cambiais à vista	9.237	(17)	9.220	-	-	-	9.220
	9.237	(17)	9.220	-	-	-	9.220
Outros proveitos e ganhos eventuais							
	5.284	(5.387)	(103)	-	-	-	(103)
	5.284	(5.387)	(103)	-	-	-	(103)
	<u>26.528</u>	<u>(74.878)</u>	<u>(48.350)</u>	<u>2.551</u>	<u>(109.310)</u>	<u>(106.759)</u>	<u>(155.109)</u>

2021							
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Sub-total	Ganhos potenciais	Perdas potenciais	Sub-total	Resultados líquidos
Títulos de dívida							
Obrigações de dívida pública	1.565	(9.173)	(7.608)	10	(5.637)	(5.627)	(13.235)
	1.565	(9.173)	(7.608)	10	(5.637)	(5.627)	(13.235)
Fundos de investimento							
Fundos de ações	16.253	(18)	16.235	89.544	-	89.544	105.779
Fundos de dívida	462	(1.702)	(1.240)	554	(3.684)	(3.130)	(4.370)
Fundos mercado monetário	-	(4)	(4)	-	(1.120)	(1.120)	(1.124)
	16.715	(1.724)	14.991	90.098	(4.804)	85.294	100.285
Instrumentos financeiros derivados							
Futuros	48.324	(49.614)	(1.290)	-	-	-	(1.290)
Opções	1.845	(860)	985	-	-	-	985
	50.169	(50.474)	(305)	-	-	-	(305)
Operações cambiais							
Operações cambiais à vista	8.455	(7)	8.448	-	-	-	8.448
	8.455	(7)	8.448	-	-	-	8.448
Outros proveitos e ganhos eventuais							
	11.605	(5.039)	6.566	-	-	-	6.566
	11.605	(5.039)	6.566	-	-	-	6.566
	<u>88.509</u>	<u>(66.417)</u>	<u>22.092</u>	<u>90.108</u>	<u>(10.441)</u>	<u>79.667</u>	<u>101.759</u>

## 9. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Rendimentos de títulos de dívida		
Obrigações de dívida pública	2.331	2.847
Unidades de participação	4.947	3.351
	<b>7.278</b>	<b>6.198</b>

## 10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras receitas	380	148
	<b>380</b>	<b>148</b>

## 11. OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Comissão de gestão	15.774	16.696
Comissão de depósito	830	879
Comissão de mediação	21	31
Imposto do selo	664	704
Custos de auditoria	3.896	3.879
Custos reportes legais	99	82
Outros custos diversos	-	59
	<b>21.284</b>	<b>22.330</b>

## 12. RISCOS ASSOCIADOS À CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

- Risco de Mercado: é o risco de a carteira incorrer numa perda como consequência de variações ou movimentos adversos dos mercados financeiros, com impacto sobre o valor de mercado dos ativos que a compõem. Vários fatores contribuem para o risco de mercado, nomeadamente:
  - Risco de *Equity*: É o risco de incorrer numa perda devido à incerteza gerada pela volatilidade nos preços, especialmente das ações.
  - Risco de Taxa de Juro: É a possibilidade de incorrer numa perda devido a movimentos adversos das curvas de taxas de juro, que afetam o valor de mercado dos ativos de renda fixa (obrigações) existentes em carteira. O impacto destes movimentos será dependente tanto do sentido do movimento como do posicionamento da carteira em termos de duração.
  - Risco de Taxa de Câmbio: É a possibilidade de incorrer numa perda devido a variações adversas das taxas de câmbio, nos casos em que a carteira conte com investimentos em divisa diferente da de denominação do fundo (EUR, neste caso).
  - Risco de Correlações: É o risco de incorrer numa perda devido a alteração das correlações entre os ativos da carteira. A boa diversificação da carteira de investimentos é um importante instrumento de mitigação do risco de mercado, e exige que se tomem em consideração as correlações existentes entre os diferentes ativos que a compõem; se esta estrutura de correlações se altera, pode afetar as coberturas e a diversificação, aumentando o impacto das perdas.
- Risco de emitente: É a possível perda em que pode incorrer uma carteira como consequência de que o emitente de um instrumento de renda fixa (obrigação) não seja capaz de cumprir os pagamentos associados ao referido instrumento, bem como a perda de valor associada à deterioração da sua qualidade creditícia ou perceção externa da mesma.
- Risco de Liquidez: Trata-se do risco de incorrer em perdas associadas à impossibilidade de desfazer (liquidar) os investimentos nos vários ativos integrantes da carteira no tempo esperado, ou ao preço a que as posições estão avaliadas, como consequência da falta de profundidade de mercado sobre os ditos ativos.
- Risco de Contraparte: É o risco de a contraparte numa transação, crédito ou investimento não cumprir com a sua parte do negócio e entrar em incumprimento das suas obrigações contratuais. No Grupo BBVA são englobados neste risco, em sentido amplo, as seguintes situações:
  - Risco de contado ou liquidação (também conhecido como *settlement*): É o risco de incumprimento de pagamentos no momento do intercâmbio de ativos que, ao contratar-se, tinham um valor equivalente.
  - Risco de contraparte: É o risco de que a contraparte possa incorrer num incumprimento antes da liquidação definitiva dos fluxos de caixa de uma das seguintes tipologias de operações, quando aplicável:
    - Instrumentos derivados,
    - Operações com liquidações diferidas,
    - Operações com compromisso de recompra
    - Operações de empréstimo de valores ou matérias-primas.

### Políticas e procedimentos de gestão de riscos

A gestão de riscos é uma atividade central em todas as entidades do Grupo BBVA, e está orientada por políticas e metodologias corporativas que, tirando partido da capacidade técnica de áreas globais especializadas, garantem a independência relativamente às áreas de gestão de investimentos e asseguram a quantificação e monitorização dos diversos fatores de risco relevantes para as carteiras geridas, fomentando a transparência desta informação junto dos órgãos de administração e das equipas gestoras.

## Principais métricas utilizadas

### Risco de mercado:

Perda Potencial Máxima (*Value at Risk* ou *VaR*): o *VaR* é uma estatística que, com um determinado nível de confiança, estima a perda máxima que uma carteira de investimentos pode ter num determinado período, tendo em consideração os ativos que a constituem, as suas volatilidades e a correlação entre eles.

O *VaR* da carteira para o período de 1 mês é calculado diariamente com um intervalo de confiança de 95%. Os cálculos são realizados no sistema *RiskMetrics*, distribuído pela MSCI, seguindo as metodologias originalmente introduzidas pela J. P. Morgan.

Testes de *stress*: os testes de *stress* pretendem estudar uma série de eventos de baixa probabilidade que se encontram fora da capacidade de previsão de um modelo estatístico. A ideia subjacente é *stressar* as variáveis chave e analisar o impacto que estas teriam na valorização da carteira; este exercício passa, primeiramente, pela criação de cenários de *stress* credíveis definidos em termos de factores de risco que exponham as debilidades potenciais de uma carteira em condições particulares de mercado, para em seguida realizar uma reavaliação da carteira assumindo a concretização dessas condições de mercado, e calcular os ganhos/perdas como a diferença entre o valor presente da carteira e o valor teórico resultante dos cenários.

Consideram-se essencialmente 2 cenários de *stress*:

- Black Monday, que pretende analisar o comportamento da carteira num cenário semelhante ao ocorrido na famosa Segunda-feira negra de 1987 através da variação dos seguintes factores de risco:
  - U.S. - S&P 500: -27,18%
  - Germany - DAX: -13,2%
  - France - CAC 40: -12,46%
  - U.K. - FTSE 100: -17,01%
  - Japan - Nikkei 225: -23,24%
  - Norway - OSE Bench Index: -28,85%
  - USD Govt 1M: -8,285%
  - USD Govt 3M: -8,285%
  - USD Govt 12M: -8,285%
  - USD Govt 24M: -8,285%
  - USD Govt 60M: -8,285%
  - USD Govt 120M: -8,285%
  - Canadian Dollar: -1%
  - British Pound: 0,46%
  - Swiss Franc: 0,57%
  - Japanese Yen: -0,1%
  - Australian Dollar: -1,04%
- Crise da Zona Euro, por variação dos seguintes factores de risco:
  - DEM Govt 24M: +0,5%
  - ITL Govt 24M: +10%
  - Euro: -10%
  - Euro STOXX - Banks Index: -20%
  - Euro STOXX 50 Index: -15%
  - Greek - ATG: -20%

As variações hipotéticas do valor da carteira para 5 dias nestes cenários de *stress* são calculadas diariamente, também através do sistema *RiskMetrics*.

### Risco de emitente:

A métrica utilizada para o controlo do risco de emitente é o *rating*, que estabelece uma opinião qualificada sobre a qualidade de um devedor em geral ou de uma dívida ou obrigação financeira em particular. O *rating* pode, portanto, ser assignado a uma emissão em particular ou a uma entidade

(corporação, entidade pública, governo ou inclusivamente um indivíduo) no seu conjunto. A área de gestão de ativos do Grupo BBVA dispõe de uma metodologia interna para a atribuição de um *rating* a cada instrumento de dívida, baseando-se nas notações das agências *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*:

- No caso de uma entidade ter *rating* publicado apenas por uma destas agências, considera-se esse *rating*;
- Se apenas duas dessas agências publicam *rating*, e se estes são diferentes, considera-se aquele que seja pior;
- Se as três agências ou apenas duas delas publicam o mesmo *rating*, será esse o considerado;
- Se as três agências publicam *rating* e estes são distintos, calcula-se um *rating* médio resultante da probabilidade média dos 3 *ratings*; nesse cálculo recorre-se a uma tabela de probabilidades de incumprimento (*default*) e de equivalências entre as notações das diferentes agências.

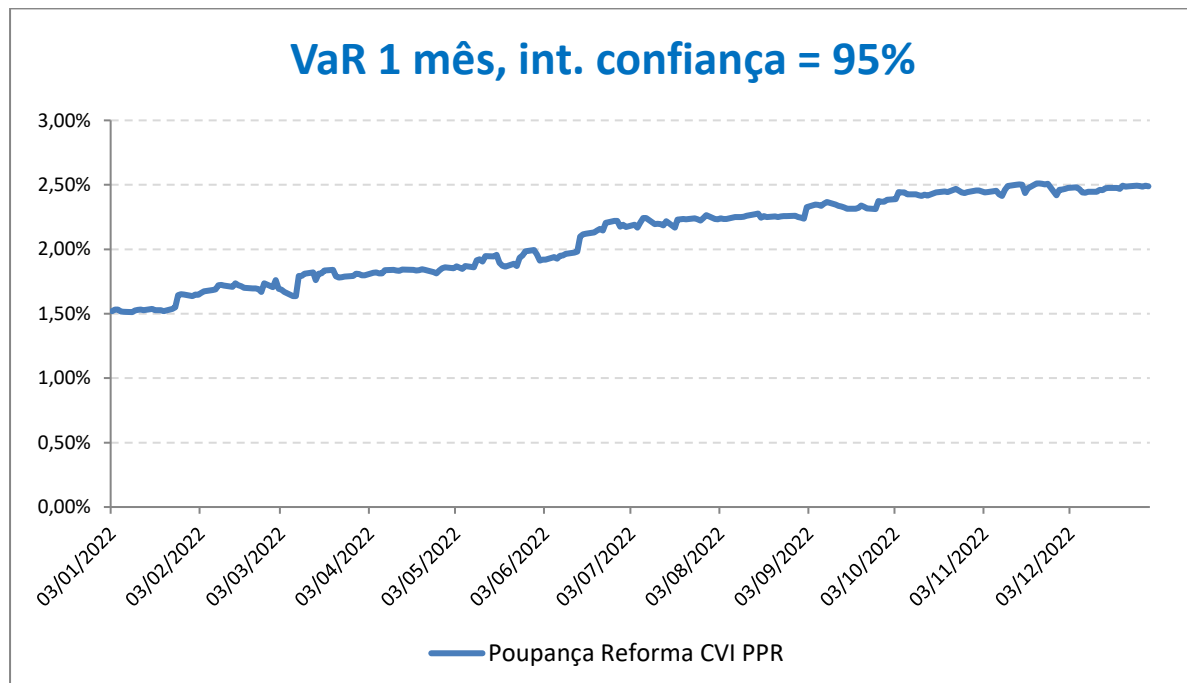
É igualmente possível, recorrendo a um algoritmo próprio, calcular um *rating* médio dos ativos de renda fixa da carteira.

#### Risco de liquidez:

O Horizonte de Liquidação aplicável a uma carteira é o número de dias necessário para desfazer as nossas posições sem assumir graves deteriorações ao nível de preço dos ativos. A estimação deste horizonte implica o cálculo da liquidez de cada instrumento pertencente à carteira, tendo em conta uma série de indicadores que, de forma independente, mostram a maior ou menor profundidade de mercado de cada um.

#### Evolução do VaR durante 2022

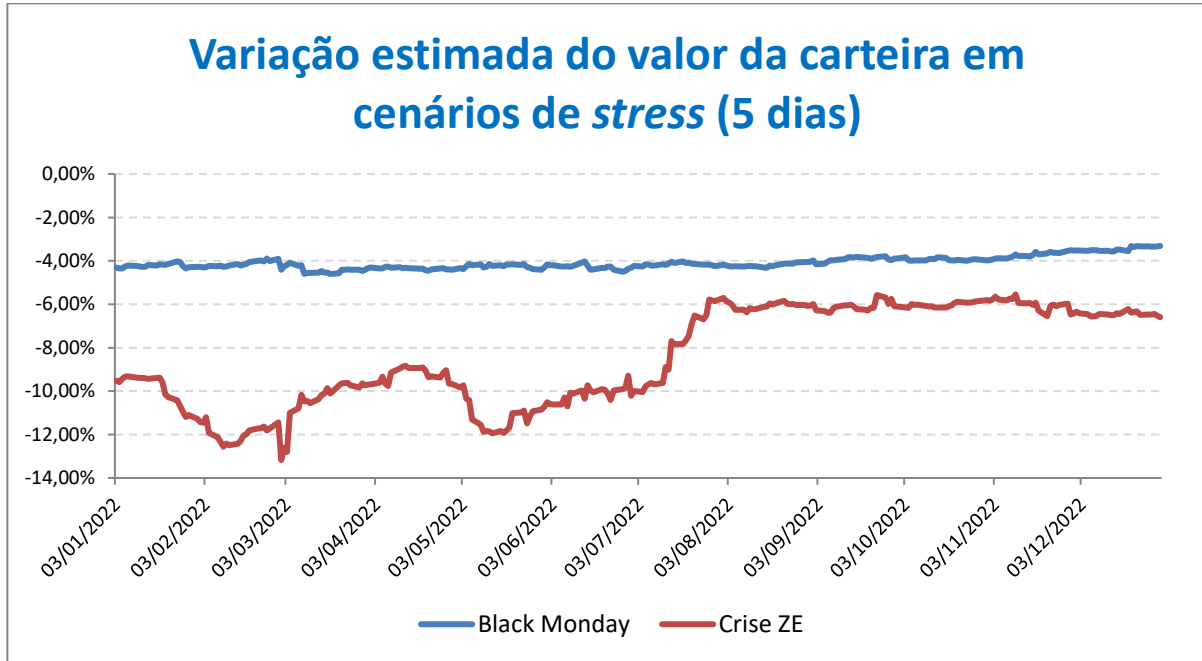
A perda potencial máxima (*VaR*) a 1 mês, para um intervalo de confiança de 95%, evoluiu ao longo do ano de 2022 conforme o gráfico seguinte:



A perda potencial máxima oscilou entre os 1,51% e os 2,51%, com um valor médio anual de 2,09% do valor líquido global do fundo. A 31 de dezembro de 2022 estimava-se uma perda potencial máxima da carteira do fundo, para 95% de confiança, de 2,49%.

### Evolução da estimativa de variação do valor da carteira a 5 dias em cenários de *stress*

Ao longo do ano de 2022 foi realizado o seguimento das estimativas de variação do valor da carteira a 5 dias nos cenários hipotéticos de baixa probabilidade designados por *Black Monday* e *Crise Zona Euro*, tendo-se observado a seguinte evolução:



### Rating mínimo e médio da carteira

A 31 de dezembro de 2022 a carteira de renda fixa apresentava um *rating* médio da A. De entre os ativos em carteira, o menor *rating* observado era de BBB.

### Horizonte de liquidação da carteira

O horizonte de liquidação da carteira descreve, em horizontes temporais definidos, a capacidade de realização de liquidez do fundo para fazer face aos seus compromissos, expressa em percentagem do valor líquido global do fundo. A 31 de dezembro de 2022, observava-se o seguinte perfil, denotando uma elevada liquidez dos ativos em carteira:

Liquidez		Acumulada	
1 dia	1 a 7 dias	1 dia	1 a 7 dias
6,25%	93,75%	6,25%	100,00%



### 13. OUTROS ASSUNTOS

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus (“COVID-19”). Esta situação e a sua evolução tiveram impactos significativos na envolvente económica global e, conseqüentemente, no valor de mercado dos ativos do Fundo.

Em conformidade com as regras definidas pelo Governo Português, a Sociedade Gestora implementou um conjunto de medidas para assegurar a prossecução das suas atividades, nomeadamente o teletrabalho (para todos os seus colaboradores em simultâneo ou em regime rotativo) e a adaptação das suas instalações para possibilitar a execução em segurança das tarefas que requeressem a presença física dos colaboradores. Neste contexto, a atividade da Sociedade Gestora continuou a ser assegurada sem constrangimentos que pudessem impedir a realização das atividades necessárias ao normal funcionamento do Fundo.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, para além das variações ocorridas no valor de mercado dos ativos do Fundo (Nota 3), não se verificaram impactos quantificáveis nas demonstrações financeiras do Fundo resultantes da situação de pandemia.

Por outro lado, em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, a BBVA Fundos procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na atividade do Fundo, tendo concluído que, para além das variações ocorridas no valor de mercado dos ativos do Fundo, não se identificam impactos quantificáveis nas demonstrações financeiras do Fundo resultantes desta situação.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos associados do Fundo resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos das demonstrações financeiras do Fundo não incluem estimativas ou pressupostos que sejam significativamente afetados pela situação de pandemia, pela guerra na Ucrânia e pela incerteza sobre a evolução futura destas situações.

Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2022.

### 14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2022.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto Poupança Reforma CVI PPR (“Fundo”), gerido pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade Gestora”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total do ativo de 1.614.953 euros e um valor do Fundo de 1.601.799 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 172.274 euros), as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto Poupança Reforma CVI PPR em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, emitida pela ASF, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de abril de 2023



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC  
Registo na OROC n.º 1610  
Registo na CMVM n.º 20161220